

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 13ª Reunião Extraordinária da CT-PL – 21/07/06 - 9h30m - Auditório da SANASA - Campinas/SP

Membros com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Representante com procuração
02	IGAM-MG	Paulo Teodoro de Carvalho	Titular		
	SEMAD-MG	Shelley de Sousa Carneiro	Suplente		
03	SAA	Emílio Sakai	Titular	Justificado	
		Vicente Antonio Cancellero Filho	Suplente		
04	Secretaria da Saúde	Marizete Medeiros da Costa Ferreira	Titular		
		Marcos César Prado	Suplente	Presente	
05	SERHS	Rui Brasil Assis	Titular		
		Luiz Roberto Moretti	Suplente	Presente	
06	SMA	Lina Maria Aché	Titular		
		Jorge Luis Silva Rocco	Suplente		
07	P.M. de Extrema	Sebastião Antonio Camargo Rossi	Titular - Prefeito		
		Paulo Henrique Pereira	Titular - Representante		
	P.M. de Itapeva	Denni Carlos Queiroz	Suplente		
08	P.M. de Charqueada	Hélio Donizete Zanata	Titular - Prefeito		
		Wagner Jorge	Titular - Representante		
	P.M. de Americana	Erich Hetzl Júnior	Suplente - Prefeito		
09	P.M. de Holambra	Cláudio Rodrigues Amarante	Suplente - Representante		
		Celso Capato	Titular - Prefeito		
	P.M. de Artur Nogueira	Petrus Bartholomeus Weel	Titular - Representante	Presente	
		Marcelo Capelini	Suplente - Prefeito		
10	P.M. de Jaguariúna	Edson Antonio Sacilotto	Suplente - Representante		
		Tarcisio Cleto Chiavegato	Titular - Prefeito		
	P.M. de Santo Antonio de Posse	Dimas Lúcio Pires	Titular - Representante	Presente	
		Norberto de Olivério Júnior	Suplente - Prefeito		
11	P.M. de Piracicaba	New York José Arcênio Lucon	Suplente - Representante		
		Barjas Negri	Titular - Prefeito		
	P.M. de Santa Gertrudes	Vlamir Augusto Schiavuzzo	Titular - Representante	Presente	
12	P.M. de Salto	Valtimir Ribeirão	Suplente - Prefeito		
		José Augusto Rego Barros Seydell	Suplente - Representante		
	P.M. de Campo Limpa Paulista	José Geraldo Garcia	Titular - Prefeito	Procuração	Francisco Antonio Moschini
		Márcio Mendes da Silva	Titular - Representante		
13	SABESP	Armando Hashimoto	Suplente - Prefeito		
		Marilda de Moraes Ferreira	Suplente - Representante		
14	ASSEMAE	Milton Ângelo Negrini	Titular		
		Fernando Ariani Mangabeira Albernaz	Suplente		
15	UNICA	Alberto José Mendes Gomes	Titular	Presente	
		Hugo Marcos Piffer Leme	Suplente	Justificado	
16	FIESP	André Elia Neto	Titular	Presente	
		Antonio Luiz Valezi	Suplente		
17	CIESP - Jundiá	Roberto Polga	Titular	Presente	
		CIESP - Piracicaba	Homero Scarso	Suplente	
18	Sind. Rural de Piracicaba	José Rodolfo Penatti	Titular	Presente	
		GRUDE	Geraldo A Baptista	Suplente	
19	Sind. Rural de Campinas	Nelson Luiz Neves Barbosa	Titular		
		Sind. Rural de Jundiá	Wilson Agostinho Bonança	Suplente	Presente
20	AEAL	Ângelo Petto Neto	Titular		
		AEAP	Carlos Consolmagno	Suplente	
21	UNICAMP	José Teixeira Filho	Titular	Presente	
		ESALQ - USP	Marcos Vinícius Folegatti	Suplente	
22	Consórcio PCJ	Dalto Favero Brochi	Titular	Presente	
		AAEA - Artur Nogueira	Edmo José Stahl Cardoso	Suplente	
23	SORIDEMA	Raquel Flores dos Santos	Titular	Procuração	Harold Gordon Fowler
		Fórum Sociedades Cívicas	Walter Antonio Becari	Suplente	
24	AEAA da Região Bragantina	João Roberto Miranda	Titular	Justificado	
			Aguardando Indicação	Suplente	
24	AME - Extrema	José Almeida das Chagas	Titular		
		Piracicaba 2010	Ayri Saraiva Rando	Suplente	
Membros sem direito a voto					
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	
CONESAN	DAE SBO	Regina Aparecida Ribeiro	Suplente – Representante		
CT-AS	DAEE	Valdemir Poloneis Bernardi	Coordenador	Presente	
CT-ID e CT-PB	UNESP - Instituto Biotecnologia	Harold Gordon Fowler	Coordenador	Presente	
CT-SA	CETESB	Jorge Luis Silva Rocco	Coordenador		
Comitês PCJ	BRACELPA	Eduardo Lovo Paschoalotti	Vice-presidente	Presente	
Convidados					
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	
	Petrobras/Replan	Jorge Antonio Mercanti		Presente	
	Petrobras/Replan	Mauro José Lauro		Presente	
	DAEE Campinas	Astor Dias de Andrade		Presente	
	DAEE Campinas	Paulo Sérgio Lúcio		Presente	
	Agência PCJ	Paulo Tinel		Presente	
	Agência PCJ	Sérgio Razera		Presente	
	Agência PCJ	Alexandre Vilella		Presente	
	Agência PCJ	Francisco C. C. Lahóz		Presente	
	SANASA	João Batista de Souza		Presente	
	SANASA	Alessandro Siqueira Felzner		Presente	
	SANASA	Fernando Q. Falonga		Presente	

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 13ª Reunião Extraordinária da CT-PL – 21/07/06 - 9h30m - Auditório da SANASA - Campinas/SP

	Prefeitura de Jaguariúna	José Roberto Lamillotti		Presente
	DAE Sumaré	Humberto Crivelari		Presente
	SABESP	José Batista Pereira		Presente
	Consultoria PCJ	Karla Yanssen		Presente

(T) - Titular (S) Suplente (R) Representante

1. **Pauta e Abertura:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos membros da CT-PL por meio de mensagem eletrônica em 12/07/2006. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo dos Comitês PCJ e coordenador da CT-PL, que cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quorum para início da reunião. Agradeceu ao Sr Alberto José Mendes Gomes, representando a SANASA/ Campinas, pela cessão do espaço.

2. **Apreciação da Ata da 18ª Reunião Ordinária, de 11/07/06, realizada no Auditório da SANASA/Campinas.** O Sr Moretti informou que a minuta da Ata foi enviada a todos os membros por e-mail e perguntou se haveria a necessidade de alguma alteração no conteúdo da Ata. A ata foi aprovada por unanimidade com as seguintes alterações: linha 69, onde se lê “Não havendo manifestações, foi aprovada, sem alterações, por unanimidade, a Ata da 17ª Reunião Ordinária da CT-PL, com uma abstenção do representante do Sindicato Rural de Jundiá, por não ter participado da reunião”, leia-se “Não havendo manifestações foi aprovada, sem alterações a Ata da 17ª Reunião Ordinária da CT-PL, com uma abstenção do representante do Sindicato Rural de Jundiá, por não ter participado da reunião”; na linha 148, onde se lê “O parecer foi aprovado, tendo 3 (três) votos contrários e uma abstenção”, leia-se “O parecer foi aprovado, recebendo o voto favorável do Sr. Roberto Polga o qual registrou pedido para que a Cetesb fiscalize o empreendimento, tendo ocorrido 3 (três) votos contrários e uma abstenção”; na linha 182, onde se lê “No artigo 4º, inciso III, foram alterados os valores máximos globais: para o GRUPO 1, máximo de 6 milhões; para o GRUPO 2, máximo de 3 milhões, sendo o máximo financiável correspondente a 50% dos valores máximos globais”, leia-se “No artigo 4º, inciso III, foram alterados os valores: global mínimo para R\$ 50.000,00 (Cinqüenta mil reais) e os valores máximos globais: para o GRUPO 1, máximo de 6 milhões; para o GRUPO 2, máximo de 3 milhões, sendo o máximo financiável correspondente a 50% dos valores máximos globais”; foi incluído o seguinte parágrafo na linha 186, referente ao artigo 4º, inciso IV “O empreendimento não poderá contemplar, no custo da parcela a ser financiada, a aquisição de veículos de qualquer espécie”.

3. **Apresentação pela Petrobrás/Replan da necessidade de aumentar a vazão captada no rio Jaguari.** O Sr. Moretti informou que a Petrobrás/Replan procurou a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ para esclarecer que existe uma legislação que obriga a Petrobrás/Replan a reduzir o teor de enxofre no óleo diesel, para isso fazem-se necessários investimentos e o aumento da disponibilidade de água para a refinaria. Para isso existem duas possibilidades, apresentadas pelo

empreendedor: 1) Aumento da vazão de captação de água do rio Jaguari; 2) Reuso do efluente da própria indústria. O Sr. Moretti informou que, segundo orientações do Superintendente do DAEE, este assunto deva ser tratado no âmbito dos Comitês PCJ. Acrescentou que, entretanto, mediante acordo firmado com o SMA/DAIA, todo empreendimento que necessite de EIA-RIMA e cuja utilização dos recursos hídricos seja significativa, o empreendimento será submetido a análise e aprovação dos Comitês PCJ. Seguindo os procedimentos normais, a Petrobrás/Replan deveria solicitar junto ao DAEE a “implantação de empreendimento”, para que seja avaliada a disponibilidade hídrica, possibilitando ou não, o aumento da vazão captada. Com a implantação do empreendimento autorizada pelo DAEE, dá-se a entrada junto ao DAIA, que solicitará a aprovação dos Comitês PCJ. Todo este processo demanda um tempo elevado e, como alternativa, o Sr. Moretti sugere que o DAEE, após formal solicitação da Petrobrás/Replan, emita uma autorização “condicionada” a posterior manifestação dos Comitês PCJ. Com este documento a Petrobrás/Replan poderia protocolar o EIA-RIMA junto ao DAIA, o qual encaminharia aos Comitês PCJ para que seja avaliado nos aspectos de quantidade e qualidade dos recursos hídricos. O Sr. Moretti esclareceu, também, que o DAEE está analisando como seria este documento preliminar, que deverá contar, também, com a avaliação do Ministério Público, Promotoria de Americana, na pessoa do Promotor Dr. Oriel, o qual já participou de reunião preliminar sobre o assunto, considerando viável este procedimento. O Sr. Moretti solicitou que os membros da CT-PL avaliem a proposta para aprovação e apresentou os representantes da Petrobrás, Sr. Jorge Mercanti e Sr. Mauro Lauro, para que fizessem exposição aos membros da CT-PL, referente à ampliação na planta da Petrobrás/Replan. O Sr. Jorge apresentou o projeto “Modernização da Replan”, que visa à melhoria da qualidade dos combustíveis reduzindo o teor de enxofre no óleo diesel. Para a aplicação do projeto em questão será necessário hidrogenar o combustível para reduzir o teor de enxofre. O Sr. Jorge esclareceu que já foi estudada a tecnologia de utilização de ar no equipamento de refrigeração, porém, para o processo, existe a necessidade de se fazer a refrigeração com água. O Sr. Jorge complementou que, após estudo feito pela empresa ENGECORPS, para avaliação das opções de aumento da vazão captada ou de reuso do efluente gerado, garantiu que a melhor opção seria o aumento da vazão captada, pois a tecnologia de reuso do efluente possui um alto valor econômico. O EIA-RIMA está sendo elaborado, e existe a necessidade da agilidade na emissão do documento “provisório”, do

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 13ª Reunião Extraordinária da CT-PL – 21/07/06 - 9h30m - Auditório da SANASA - Campinas/SP

- DAEE, para ser anexado ao EIA-RIMA e protocolado junto ao DAIA, possibilitando à Petrobrás/Replan iniciar a redução do teor de enxofre, no ano de 2007. O Sr. Petrus, representante de Holambra, apóia o reuso, pois a bacia já se encontra crítica. O Sr. Mauro, representante da Petrobrás, ressaltou a necessidade da água para o processo industrial, indicando que os possíveis impactos negativos da captação poderiam ser mitigados ou compensados com investimentos nas bacias PCJ. O Sr. Wlamir, representante da P. M. de Piracicaba, ressaltou que a Petrobrás/Replan já capta o valor outorgado, correspondente a 500 L/s, e está solicitando um aumento de 140 L/s, e questiona quanto voltará para o curso d'água, no lançamento. O Sr. Mauro esclarece que o retorno é da ordem de 40%. O Sr. Wlamir sugere que seja prevista a compensação desse aumento de captação e consumo com aumento de vazão descarregada junto ao Sistema Cantareira, para que este aumento de vazão não influencie negativamente os municípios que se localizam a jusante da captação da Petrobrás/Replan. O Sr. Mauro garantiu que a diminuição do teor de enxofre trará ganhos ambientais. O Sr. Moretti lembra a todos que a discussão neste momento é referente à forma de análise e encaminhamento do processo. O Sr. André, representante da ÚNICA, demonstra estar preocupado, pois a água é o bem maior da bacia e que a simples compensação, com recursos para a bacia, não minimiza a perda, e diz concordar com o Sr. Petrus, apoiando o reuso, e garante que não se sentiu esclarecido tecnicamente sobre a proposta apresentada pela Petrobrás. O Sr. Alberto, representante da ASSEMAE, disse que quanto à forma de encaminhamento do processo é muito importante que seja avaliado tudo de uma única vez, qualidade e quantidade, e sugere que prováveis medidas compensatórias sejam feitas em Saneamento Básico, e concluiu afirmando que o reuso não é a solução para tudo, pois o processo pode ser complicado. O Sr. Paschoalotti concorda com a fala do Sr. Alberto e diz que terão de ser impostos limites para as compensações ambientais. O Sr. Humberto, representante do DAE Sumaré, sugere que, com a experiência adquirida com a análise da Carioba II, onde as análises de qualidade e quantidade foram discutidas separadamente, que seja avaliada a questão qualidade e quantidade de uma única vez. Também demonstrou estar preocupado com a captação de água no Rio Jaguari e o lançamento no Rio Atibaia, uma vez que o município de Sumaré será prejudicado com sua captação de água a jusante do lançamento da Petrobrás/Replan. O Sr. Wlamir complementou dizendo que o município de Piracicaba também sofrerá, sendo necessários melhores esclarecimentos quanto à qualidade e quantidade, pois entende que, a jusante do ponto de lançamento, poderão ocorrer problemas. O Sr. Astor, representante do DAEE, solicita que a Petrobrás exponha os valores de disponibilidade do Rio Jaguari, demonstrados no estudo feito pela empresa ENGECORPS. O Sr. Mauro esclarece que o estudo demonstrou que até o ano de 2020 a disponibilidade hídrica será de 2 m³/s no ponto de captação no rio Jaguari. O Sr. Astor lembrou a todos que não existe apenas esta demanda, e que existem outras empresas solicitando aumento de vazão, o que necessita de estudo, pois o que a empresa ENGECORPS demonstrou é que, matematicamente, existe a disponibilidade hídrica no curso d'água. O Sr. Francisco Moschini questionou se existe uma previsão no índice de queda do teor de enxofre. O Sr. Mauro esclareceu que na gasolina a redução chegará a 95% e no óleo diesel uma redução de 85%. O Sr. Mauro disse que o EIA/RIMA encontra-se em fase de finalização e existe a necessidade da informação da origem da água utilizada na modernização do processo, por isso a necessidade do documento do DAEE, para que seja protocolado junto ao DAIA. Já a necessidade de agilidade no processo deve-se ao fato de se necessitar de tempo hábil para iniciar as instalações até 2007. O Sr. Moretti sugere que o DAEE emita um parecer condicionando à análise dos Comitês PCJ. O Sr. André questionou que mesmo não havendo a autorização da ampliação da vazão captada, a outorga de lançamento seria necessária. O Sr. Moretti esclareceu que a Petrobrás já possui a outorga referente ao lançamento. O Sr. André complementa que o processo deve ser analisado como um todo, ou seja: as questões da quantidade e da qualidade conjuntamente. O Sr. Astor sugere que o documento esteja condicionado a futuras instalações e seja avaliado em conjunto com a manifestação do DAIA. O Sr. Moretti questiona se há um entendimento que o DAEE faça um parecer preliminar para que a Petrobrás protocole seu estudo junto ao DAIA. Não havendo objeções ficou aprovado que, havendo concordância de representante do Ministério Público de Americana, o DAEE emitirá um documento preliminar "condicionado", para que o EIA/RIMA possa ser protocolado no DAIA/SMA e enviado para ser avaliado pelos Comitês PCJ. **4. Conclusão da proposta de critérios para distribuição dos recursos da Cobrança e do FEHIDRO, orçamento 2007.** O Sr. Moretti lembrou aos membros que na última reunião foram aprovados os 6 (seis) primeiros artigos propostos para a minuta de deliberação de critérios para hierarquização de empreendimento, e iniciou a apresentação a partir do artigo 7º, o qual foi aprovado por unanimidade. O Sr. André sugeriu acrescentar em todo o documento a palavra PLANOS, toda vez que mencionada as palavras Projetos e Estudos, sugestão que foi aceita pelo grupo. O Sr. Moretti esclareceu que a partir do artigo 8º iniciam-se os critérios de pontuação dos empreendimentos inscritos para captar recursos do orçamento 2007, do FEHIDRO e da Cobrança PCJ. Referente ao artigo 8º, inciso I que trata do Tipo de Empreendimento, foi aprovado por unanimidade. O inciso II do artigo 8º, referente à "Contrapartida Oferecida", sofreu uma modificação com a inserção da seguinte equação matemática: $P_{cp} = P_{máx.} \cdot (CP_{of} -$

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 13ª Reunião Extraordinária da CT-PL – 21/07/06 - 9h30m - Auditório da SANASA - Campinas/SP

230 $CP_{\min})/(CP_{\max} - CP_{\min})$, onde P_{cp} = pontuação a
receber; P_{\max} = pontuação máxima; CP_{of} =
contrapartida oferecida; CP_{\min} = contrapartida mínima
= 20%; CP_{\max} = contrapartida máxima = 50%, desta
forma a pontuação será diretamente proporcional à
235 porcentagem de contrapartida oferecida, sem haver
necessidade do estabelecimento de faixas de
percentagem para pontuação. Este critério foi aprovado
por unanimidade pelo grupo com uma pontuação
máxima de 10 (dez) pontos. As 12 horas e 30 minutos
a reunião foi suspensa, para almoço. Às 14 horas a
240 reunião foi reiniciada, continuando com as discussões
de cada artigo proposto pelo GT-Critérios. O inciso III
do artigo 8º “Objetivo do empreendimento”, foi
aprovado por unanimidade. O inciso IV, do artigo 8º,
referente ao “Custo Unitário”, o Sr. Moretti esclareceu
245 que a este inciso foi acrescentado o item “g”, que
refere-se a “equipamentos e serviços”, o qual não
existia nos anos passados. O Sr. Alberto disse que o
item “a” do inciso IV, do artigo 8º, referente a “obras
de ETEs”, beneficia tecnologias obsoletas de
250 tratamento de esgoto. O Sr. Moretti esclarece que o
critério incentiva uma estação de tratamento mais
barata, no sentido de beneficiar aquele que tenha um
menor custo por habitante atendido. O Sr. Alberto
disse que em tratamento de esgoto o que é mais barato
255 é menos eficiente, o que estará favorecendo um método
menos eficiente, pois o licenciamento não garante
eficiência da ETE. O Sr. Paulo Tinel sugere classificar
este critério por níveis de tratamento, como exemplo,
secundário e terciário. O Sr. Moretti propõe para o item
260 “a” do inciso IV, artigo 8º, específico para obras de
ETEs, a divisão do item em dois subgrupos, sendo: a1)
ETEs com eficiência de remoção de DBO de até 90%,
recebendo pontuação máxima de 3 pontos e a2) ETEs
com eficiência de remoção de DBO superior a 90%,
265 recebendo pontuação máxima de 5 pontos. A proposta
foi aprovada por unanimidade. Referente ao artigo 8º,
foi também aprovado, por unanimidade, o inciso V
“Programa de Gestão Municipal dos Recursos
Hídricos”. O Sr Sérgio sugere a inclusão de um critério
270 de pontuação para obras implantadas em áreas de
cabeceras e APAs, com o intuito de dar preferência
para projetos nessas áreas, com o título de
“Localização do Empreendimento”, atribuindo 5
pontos para empreendimentos em áreas de cabeceras
275 ou APAs e 3 pontos para empreendimentos localizados
em outras áreas. O Sr. Alberto sugere uma
contraproposta para este critério: atribuir 5 pontos para
cidades acima de 50 mil habitantes; 3 pontos para
cidades de 10 à 50 mil habitantes; e 1 ponto para
280 cidades com até 10 mil habitantes. O Sr Moretti sugere
não estabelecer, neste momento, sem estudos mais
aprofundados, critérios de pontuação na linha
apresentada, para ações de tratamento de esgotos,
deixando recomendação para se acrescentar ao Plano
de Bacias 2008/2011, critérios que estabeleçam os
285 municípios prioritários para atendimento. Sendo assim
o Sr Sérgio Razera e o Sr. Alberto Gomes retiraram

suas propostas. Iniciou-se a discussão do artigo 9º,
referente ao GRUPO 2, sendo aprovados, por
290 unanimidade, os incisos I (Tipo de empreendimento);
II (Contrapartida oferecida), no mesmo formato do
GRUPO 1, diferenciando apenas na “ CP_{\max} =
contrapartida máxima = 40%”, e inciso III (Objetivo do
empreendimento). O Sr. Harold, representante da
295 SORIDEMA, sugeriu acrescentar um item para pontuar
especificamente os Serviços de Recomposição
Florestal, conforme prioridades constantes no Plano
Diretor de Reflorestamento aprovado pela CT-RN, o
qual já pertencia aos critérios dos anos passados. A
300 sugestão foi aprovada por unanimidade, sendo incluído
o inciso IV do artigo 9º, cujo título será: “Para Serviços
de Recomposição Florestal por Espécies Nativas”. O
Sr. Moretti apresentou o critério aprovado pelo GT-
Critérios para “Localização do Empreendimento”,
305 excluindo projetos que envolvam controle de perdas,
priorizando a sub-bacia Cantareira e as sub-bacias
situadas a montante das captações para abastecimento
público, conforme segue: “Artigo 9º, inciso V -
Localização do empreendimento (excluindo controle
310 *de perdas): 5 pontos – Sub-bacia Cantareira; 4 pontos*
- Sub-bacias situadas a montante de captações para
abastecimento público em afluentes dos rios Atibaia,
Camanducaia, Capivari, Corumbataí, Jaguari, Jundiá
e Piracicaba; 3 pontos - Sub-bacias situadas a
315 *montante das seguintes captações de água para*
abastecimento público: de Campo Limpo Paulista, no
rio Jundiá; de Amparo, no rio Camanducaia; de
Campinas, no rio Capivari e de Rio Claro, no rio
Corumbataí; 2 pontos - Sub-bacias situadas a
320 *montante das seguintes captações de água para*
abastecimento público: de Piracicaba, no rio
Piracicaba; de Sumaré, no rio Atibaia; de Limeira, no
rio Jaguari; de Piracicaba, no rio Corumbataí; 1
ponto – Outros. Este inciso foi aprovado com um voto
325 contrário do Sr. Alberto Gomes e uma manifestação
contrária do Sr. Eduardo Paschoalotti. O inciso VI do
artigo 9º, referente ao “Programa de Gestão Municipal
dos Recursos Hídricos”, foi aprovado por
unanimidade. Foi sugerido, pelo Sr Paulo Tinel, a
330 inclusão de um critério específico para Controle de
Perdas em sistemas de abastecimento público de água,
que após algumas alterações e sugestões ficou
aprovado, por unanimidade, da seguinte forma, como
inciso VII do artigo 9º: *Programa de Controle de*
335 *Perdas em sistemas de abastecimento público de água:*
5 pontos - Programas de Cadastro Técnico ou de
Redução de Pressão no sistema de distribuição; 4
pontos - Monitoramento de unidades operacionais
voltadas para o tratamento e distribuição de água
340 *(Telesupervisão, Telecomando, Automação) e*
Programas de Medição (Macromedidores e
Hidrometração); 3 pontos - Programas de
Recuperação de Reservatórios; 2 pontos - Outras
ações voltadas a reduzir perdas em sistemas públicos
345 *de distribuição.* Foi aprovada, por unanimidade, a
incorporação, como **pré-requisito**, no artigo 4º, item

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 13ª Reunião Extraordinária da CT-PL – 21/07/06 - 9h30m - Auditório da SANASA - Campinas/SP

405

Secretário-executivo dos Comitês PCJ e
Coordenador da CT-PL

“e”, a sugestão do Sr. Francisco Lahóz: “quando se
tratarem de empreendimentos de controle de perdas
envolvendo obras, equipamentos e serviços, que as
mesmas estejam contempladas em Plano Diretor de
Combate a Perdas”. Em seguida foram aprovados por
unanimidade os artigos 10, 11, 12, 13 e 14. **5. Cronograma para a distribuição dos recursos da Cobrança e FEHIDRO/2007.** O Sr Moretti sugeriu
um cronograma com as datas para a distribuição dos
recursos que foi aprovado, por unanimidade, conforme
segue: I) De 02/10/2006 (segunda-feira) a 31/10/2006 (terça-feira) – das 8h às 17h: Inscrição de empreendimentos, na Secretaria Executiva dos comitês PCJ (SE/Comitês PCJ), para “pré-qualificação”; II) Análise de “pré-qualificação” dos empreendimentos: (a) De 06/11/2006 (segunda-feira) a 17/11/2006 (sexta-feira): pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/Comitês PCJ); (b) De 20/11/2006 (segunda-feira) a 01/12/2006 (sexta-feira): pelas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; (c) De 06/12/2006 (quarta-feira) a 05/01/2006 (sexta-feira): pelos Agentes Técnicos; (d) Divulgação dos Resultados, na internet: 09/01/2006 (terça-feira); III) De 21/02/2007 (quarta-feira) das 13h às 17h – a 23/02/2007 (sexta-feira) – das 8h às 17h: Inscrição dos empreendimentos pré-qualificados, na SE/Comitês PCJ; IV) De 26/02/2007 (segunda-feira) a 28/02/2007 (quarta-feira): Análise e Pontuação das Inscrições (SE/Comitês PCJ e GT-Pontuação da CT-PL); V) Em 08/03/2007 (quinta-feira): Reunião Ordinária da CT-PL para análise e proposta de hierarquização dos empreendimentos; VI) Em 30/03/2007 (sexta-feira): Reunião dos Plenários dos Comitês PCJ para, dentre outros assuntos, apreciarem a proposta da CT-PL e deliberar sobre a hierarquização e indicação de empreendimentos para serem financiados pelo FEHIDRO e Cobrança PCJ, com recursos do orçamento de 2007; VII) Até 13/04/2007 (sexta-feira): Entrega de mais duas cópias dos documentos protocolados conforme inciso III, acima, junto à SE/Comitês PCJ (somente para aqueles hierarquizados pela Deliberação dos Plenários dos Comitês PCJ mencionada no item acima). **6. Eleições nos Comitês PCJ em 2007: Cronograma e Procedimentos.** O Sr Moretti sugeriu que, face ao adiantado do horário, a reunião fosse encerrada e que, na próxima Reunião Ordinária da CT-PL, sejam analisados e aprovados o cronograma e os procedimentos para as eleições nos Comitês PCJ em 2007. A sugestão foi aprovada pelos membros. A próxima reunião já está agendada para o dia 12/09/2006, às 09:30 horas, no município de Extrema-MG. **7. Encerramento:** O Coordenador da CT-PL agradeceu o representante da SANASA, Sr. Alberto, pela recepção e cessão das instalações e deu a reunião por encerrada.

Luiz Roberto Moretti